

CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO

ANO V | Nº 1 | MARÇO 2007

PAC, A APOSTA DO GOVERNO NO SETOR

CENÁRIO
Crescimento chinês
para a cadeia produtiva

SANEAMENTO
Avanços no marco
regulatório

CRÉDITO
Uma expansão em
nível mundial

CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO

Conjuntura da Construção é uma publicação trimestral conjunta do SindusCon-SP e da FGV. É permitida a reprodução total ou parcial da publicação.

Diretores da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos (Executivo), Ricardo Simonsen (Técnico) e Antônio Carlos Aídar (Controle)

Diretor de economia do SindusCon-SP: Eduardo May Zaidan

Editores: Ana Maria Castelo e Fernando Garcia

Colaboraram nesta edição: André C Michelin, Denise Inoue, Euclides Pedrozo Jr., Maria Antonieta Del Tedesco Lins, Maria Henriqueta Alves, Mariana Prado, Sérgio Camara Bandeira e Victor Albuquerque

Consultoria editorial: Edney Cielice Dias

Design & Produção Gráfica: André C Michelin e Renata Owa

Fotos: James Hardy (capa e págs. 4,11,17,21) e Maria Antonieta Del Tedesco Lins (pág. 15)

Jornalista Responsável: Rafael Marko. MTE 12522

Fotolitos e impressão: Gráfica Van Moorsel

Publicidade: Ana Maria Castelo, Tel.: (11) 3281 3295, Fax: (11) 3281 7891,

e-mail: acastelo@fgvsp.br. Av Paulista 548 - 9º andar, São Paulo - SP, 01310-000, Tel.: (11) 3281 3254 / 7784, Fax: (11) 3281 7891, e-mail: construeditorial@fgvsp.br

SindusCon  **SP** Sindicato da Indústria da
Construção Civil do
Estado de São Paulo

Presidente: João Claudio Robusti

Vice-presidente financeiro: Cristiano Goldstein

Vice-presidentes: Delfino Paiva Teixeira de Freitas, Edson Antonio Coghi, Francisco Antunes de Vasconcelos Neto, Iskandar Aude, João Batista de Azevedo, José Antonio Marsiglio Schuvarz, José Carlos Molina, José Romeu Ferraz Neto, Luiz Antonio Messias, Maristela Alves Lima Honda, Odair Garcia Senra, Sergio Tiaki Watanabe

Diretores regionais: Adilson Cesar Justo, Luiz Cláudio Minniti Amoroso, José Batista Ferreira, José Luiz Goulart Botelho, Luiz Bonifácio Urel, Ralph Ribeiro Junior, Ricardo Yamauti, Rosana Zilda Carnevalli Herrera, Silvio Benito Martini Filho

SindusCon-SP: Rua Dona Veridiana 55, São Paulo - SP, 012338-010, Tel.: (11) 3334 5642, Fax: (11) 3224 0566 R. 306, www.sindusconsp.com.br



**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor:

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Felix de Bulhões, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna e Nestor Jost

Conselho Curador:

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdaud Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Eduardo Hitiro Nakao (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Luiz Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A.), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Andrew MacLachlan Gray (Souza Cruz S/A), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza Marinho (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A., Patrick de Larragóiti Lucas (Stul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Titto Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EAESP: Fernando S. Meirelles

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca



3 Editorial

PAC, a aposta do governo na construção

4 Reportagem

Um plano de obras chamado PAC

8 Opinião

As PPPs e a cultura política brasileira

10 Infra-estrutura

O cenário do saneamento

13 Realidades comparadas

Crédito imobiliário em expansão no mundo [Parte 1]

16 Economia e construção

Perspectivas de um crescimento chinês

20 Sondagem conjuntural

Otimismo

21 Indicadores da construção

Editorial

PAC, a aposta do governo na construção

O primeiro número da **Conjuntura da Construção** de 2007 vem de roupa nova e traz boas notícias em meio aos ventos soprados pelo PAC. O plano governamental anunciou um aumento importante no volume de investimentos para os próximos anos, os quais podem garantir taxas de crescimento para a economia brasileira superiores às médias recentes.

O fato é festejado pela cadeia da construção, responsável por documento que serviu de inspiração para o PAC. Líderes empresariais do setor revelam suas opiniões na reportagem de abertura deste número. Há unanimidade em reconhecer o acerto da estratégia do governo, centrada no esforço de desenvolvimento da infra-estrutura. As deficiências nesse setor são responsáveis por boa parte da falta de dinamismo da economia brasileira nos últimos anos. As lideranças empresariais, contudo, enxergam as medidas como estratégia eficiente apenas em prazo determinado, enquanto as reformas estruturais não vêm. Além disso, apontam para a necessidade de aprofundamento de alguns pontos, como a política habitacional, que ainda carece de maior definição.

Se efetivamente aplicados, os recursos do PAC, destinados a recuperar o atraso nos transportes, na geração de energia, no saneamento e no investimento habitacional, serão capazes de induzir taxas chinesas de expansão do produto da construção. As projeções de crescimento eco-

nômico e seu impacto sobre o setor são apresentadas na seção Economia e Construção.

A XXX Sondagem Conjuntural, realizada pela FGV Projetos, Sinduscon-SP e CBIC junto a empresários do setor, corrobora o clima de otimismo neste início de ano. O desempenho percebido pelas empresas consultadas é o melhor registrado desde o início da pesquisa, em agosto de 1999.

O cenário do saneamento é abordado pelos economistas Frederico Turolla e Thelma Ohira no artigo sobre infra-estrutura, que além de discutir as medidas do PAC, faz um balanço da recém-aprovada Lei do Saneamento, a qual traça as linhas gerais do marco regulatório do setor.

Este número apresenta o primeiro de uma série de artigos que analisam experiências internacionais no financiamento habitacional. Além de traçar as tendências mundiais nessa área, as autoras abordam especificamente as reformas no modelo espanhol, que logrou elevar o patamar de investimentos residenciais US\$ 800 por habitante, nos anos 1990, para mais de US\$ 1.500, em 2005, com impactos significativos sobre o crescimento econômico do país.

Este número traz outra novidade editorial. É a coluna Opinião, reservada para a expressão de idéias de lideranças políticas e técnicas sobre temas relevantes do setor. Convidamos para inaugurá-la Eduardo Capobianco, que discute as PPPs e a cultura política brasileira.



Reportagem

Um plano de obras chamado PAC

Edney Cielici Dias

Programa é festejado pelo setor da construção, responsável por documento que serviu de inspiração para o plano. Mas as lideranças empresariais enxergam as medidas como estratégia eficiente apenas em prazo determinado, enquanto as reformas estruturais da economia não são viabilizadas

IMPERFEIÇÕES à parte, o PAC é uma vitória para a construção civil. Na avaliação dos líderes dessa cadeia produtiva, o Programa de Aceleração do Crescimento é em sua essência uma aposta do governo no setor, finalmente reconhecido como peça fundamental para o desenvolvimento econômico. A construção civil teve duas décadas de atividade considerada pífia, quadro que começou a ser mudado nos últimos três anos – não por coincidência, nesse período os empresários do ramo começam a ter mais sucesso em chamar a atenção do governo para seu papel de força propulsora do PIB.

“Há muito tempo o setor luta para mostrar que é o caminho para crescer. Historicamente, de 63% a 65% da forma-

ção bruta de capital fixo, base de cálculo da taxa de investimento na economia, é de produção da construção. Tendo em vista isso, resolvemos formular uma proposta conjunta. Surgiu assim a União Nacional da Construção (UNC), que reúne as entidades representativas da atividade. A proposta, formulada com base em estudo da Fundação Getúlio Vargas, foi enviada ao Executivo, que assimilou que construção é a mola do crescimento”, explica João Claudio Robusti, presidente do Sinduscon-SP.

Para Melvyn Fox, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), o PAC se baseou quase que exclusivamente no setor. “Há muito tempo, estamos mos-

trando para o governo que a construção civil é o melhor caminho para o desenvolvimento sustentado do país. Outros países em desenvolvimento têm utilizado essa via e obtido resultados de crescimento melhores que o Brasil.” A distribuição dos R\$ 503,9 bilhões de investimentos do programa, a serem executados até o ano de 2010, demonstram a afirmação de Fox: 12% em infra-estrutura de transportes, 34% para infra-estrutura social e urbana e 54% para projetos de energia – ou seja, o que será realizado no âmbito do PAC passa necessariamente pela construção.

“O setor foi amplamente beneficiado”, comemora Cláudio Conz, presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco).

// Fomos a Brasília e dissemos: somos 13% do PIB. Coloquem em prática as medidas que sugerimos que nós garantimos 2,4% daquele crescimento que ninguém acha que será alcançado.”

Cláudio Conz, presidente da Anamaco

// O país só tem uma solução: crescer. Mas a nossa infra-estrutura está falida. Quem pode ser contra recuperá-la?”

João Claudio Robusti, presidente do Sinduscon-SP, sobre as negociações do PAC no Congresso Nacional

“Para o nosso lado, é extremamente positivo. Estamos organizando uma caravana para ir a Brasília. Vamos levantar o presidente no colo e passear com ele lá em volta do Palácio”, completa com bom humor.

Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), entidade que congrega segmentos altamente envolvidos no PAC, vê no plano uma opção clara do governo com relação a um gargalo da economia brasileira. “Nenhuma nação desenvolvida está onde está sem investimento maciço em infra-estrutura e sem desenvolvimento tecnológico. O Estado disse com todas as letras que esse é o caminho e que não está mais disposto a sacrificar nenhum décimo de crescimento porque a carência de infra-estrutura foi um obstáculo.”

Horizonte possível

Paulo Safady Simão, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), não foge à regra e está entusiasmado com o plano. No entanto ressalta que o PAC não pode ser visto como uma panacéia. “O papel do programa é dar uma alavancada na economia enquanto as grandes reformas – política, tributária, trabalhista, previdenciária – não se realizam. Essas grandes discussões darão sustentabilidade ao crescimento. O PAC não é um plano de desenvolvimento, é um plano de obras. Aliás, um bom programa de obras. Bem organizado e escolhido com critérios louváveis, pois prioriza a conclusão de projetos já iniciados e enfatiza a recuperação do patrimônio degradado. Define ainda claramente setores vitais para a economia e decisivos para qualquer programa de desenvolvimento.”

No entendimento geral, não há como fugir de uma reestruturação ampla da economia. “Concordamos que as refor-

mas são necessárias. O PAC é literalmente um plano de aceleração de curto prazo. A partir do ano que vem, o governo tem que trabalhar a sustentação do desenvolvimento”, analisa Robusti. As medidas de alcance estrutural, segundo o presidente do Sinduscon-SP, têm que equacionar problemas há muito protelados. “A carga tributária é bruta, fere muito. O custeio da máquina precisa ser qualificado nas três esferas de governo, de forma a criar condições para uma melhor qualidade do gasto público. É preciso levar em conta que os encargos tributários sobre a folha de salários são muito elevados. Atualmente, está todo mundo insatisfeito:

trabalhador, empresário e governo. Nesse contexto, é preciso também equacionar o déficit da Previdência.”

A sustentação a médio e longo prazos é um dos pontos que preocupam a Abdib. “Acreditamos que o governo terá de enfrentar um programa ostensivo de melhoria na gestão do gasto público, para abrir espaço para a redução da carga tributária, o que também permitirá reduzir o déficit nominal do governo e, assim, os juros, de forma mais intensiva. A melhoria na gestão do gasto público é fundamental para que o governo deixe de tomar, via juros ou via carga tributária, os recursos que as famílias e as empresas precisam para con-

UNC PROPÕS AGENDA DO DESENVOLVIMENTO

“Fomos a Brasília e dissemos: somos 13% do PIB. Coloquem em prática as medidas que sugerimos que nós garantimos 2,4% daquele crescimento que ninguém acha que será alcançado.” Com a frase acima, o presidente da Anamaco, Cláudio Conz, sintetiza a atuação da União Nacional da Construção (UNC) em seu processo de convencimento do governo federal.

A UNC foi criada no ano passado e representa 33 entidades nacionais e 60 regionais de toda a cadeia produtiva da construção. A proposta apresentada pela entidade ao Executivo encontra-se formalizada no documento *A Construção do desenvolvimento sustentado – a importância da construção na vida econômica*, elaborado a partir de estudo da FGV Projetos*.

O trabalho mostra a importância de investimentos em construção para

transformar a condição econômica e social no Brasil, em razão da interface de sua cadeia produtiva com os diversos setores da economia nacional.

O texto defende que investimentos em construção civil são fundamentais para o desenvolvimento sustentado da economia em razão de seus reflexos expressivos na riqueza nacional, no emprego, nos investimentos, na arrecadação de impostos e na qualidade de vida da população.

Na avaliação do presidente do Sinduscon-SP, João Claudio Robusti, 80% do PAC foi extraído da proposta da UNC. A comparação das propostas mostra que não há exagero na afirmação.

* Disponível na internet, entre outros, no endereço: www.sindusconsp.com.br/especiais/Uniao_nacional_construcao/doc_unc.pdf

“O PAC é um programa de obras bem organizado e escolhido com critérios louváveis, pois prioriza a conclusão de projetos já iniciados e enfatiza a recuperação do patrimônio degradado.”

Paulo Safady Simão, presidente da CBIC

“O Estado disse com todas as letras que esse é o caminho e que não está mais disposto a sacrificar nenhum décimo de crescimento por causa da carência de infra-estrutura.”

Paulo Godoy, presidente da Abdib

sumo e investimentos. Isso é fundamental para um crescimento equilibrado da economia”, avalia Godoy.

Licença para trabalhar

Outras questões institucionais precisam ser equacionadas urgentemente para não comprometer o PAC, como a burocracia e o desaparecimento de órgãos públicos e as dificuldades de obtenção de licenças ambientais. Robusti explica que este último ponto afeta vários tipos de investimento. “Não só nas grandes obras, como no caso, em São Paulo, do Rodoanel. Mas também preocupa em pequenos empreendimentos, como um conjunto habitacional. Há problemas de legislação conflitante entre município, Estado e União. A burocracia e a falta de articulação dos três entes federativos acaba atrasando e onerando investimentos.”

Para a CBIC, o governo – ao depositar confiança nas empresas estatais e privadas e delegar-lhes 86% dos recursos e, por consequência, do sucesso do PAC – tenta minimizar a deficiência do setor público e dar outra dinâmica aos projetos e obras. “Caberá ao Comitê Gestor do programa a tarefa de acompanhar e fiscalizar o PAC, corrigir seus rumos e diminuir os efeitos dos eventuais problemas com a máquina pública”, afirma Simão.

Capacidade ociosa

Para a Abramat, a indústria de materiais de construção está preparada para aumentar sua atividade e não vai pressionar os índices de preços. “Temos uma capacidade ociosa de 30%. A indústria pode absorver sem problemas a demanda adicional gerada pelo plano”, afirma Fox. O setor de materiais cresceu 5,6% em 2006 e deve chegar a 8% em 2007, mas, para o presidente da Abramat, isso não pode ser encarado como um sinal de alerta. “O governo tem

um temor exagerado. A inflação está sendo contida. Não existe um tendência mundial que sinalize para preços mais altos, muito pelo contrário.”

Segundo a Anamac, as indústrias ampliam naturalmente a capacidade produtiva com a perspectiva de crescimento constante. “Além disso, o dólar está inibindo exportações e sobram produtos para o mercado interno”, analisa Conz.

Mas tanto a Abramat como a Anamac consideram que o governo foi, de início, tímido na redução da carga tributária incidente sobre os materiais de construção.

“Em 2006, houve a redução de IPI de com 41 itens, o que acelerou o crescimento da atividade. O próprio governo utilizou isso com argumento de que haveria mais empregos. As vendas dos produtos desonerados cresceram 10% no ano passado. No PAC foi contemplado apenas o aço, o que foi decepcionante”, afirma Fox. A expectativa era de que houvesse reduções para o cimento, os materiais elétricos, as fechaduras, entre outros. Por ora, isso não ocorreu.

“Mas a Dilma (Rousseff) e o (Fernando) Furlan disseram que vai haver mais desoneração”, lembra Conz, para quem o setor tem feito um trabalho consistente sobre os efeitos da desoneração. Ele exemplifica os argumentos que têm sido levados aos ministros. “Um simples disjuntor tem 15% de IPI. Como a empresa organizada vai operar? Onde o IPI passou para 5%, acabou o ataque de material contrabandeado, em geral fora das normas técnicas. Não tem sentido IPI acima de 5% para os produtos da casa própria.”

As entidades trabalham atualmente para conseguir reduções do ICMS. “O ideal seria um tributo unificado, mas isso deve demorar. Enquanto isso, trabalhamos isoladamente para conseguir a contribuição dos Estados”, explica Fox.

Na avaliação de Conz, à exceção de São Paulo, Santa Catarina e Paraná, os Estados não têm reduzido as alíquotas do imposto, que estão entre 17% e 18%.

Habitação social

O volume de recursos governamentais destinado à moradia social, para famílias com renda até cinco salários mínimos, foi pequeno na avaliação do Sinduscon-SP.

“A questão da moradia digna para a população não foi encarada de frente no PAC. As três esferas de governo têm que se engajar em uma política articulada”, avalia Robusti. Nas contas do Sinduscon-SP, o governo acrescentou apenas R\$ 2 bilhões ao ano para essa finalidade. “É um dinheiro bem-vindo”, diz Robusti, “mas insuficiente. Além do que, será direcionado apenas em parte para a construção de moradias novas.”

O desafio da habitação com qualidade não pode ser enfrentado sem subsídios. “Mas subsídio não é só dinheiro: é desoneração, doação, construir infra-estrutura. É também necessário direcionar. Queremos adensar? Construir na cidade ou na periferia? É preciso ter uma política. É preciso foco, meta”, avalia Robusti.

O programa é tímido nessa questão também para a CBIC. “Estamos fazendo gestões junto ao governo no sentido de melhorar esse aspecto. Não entendemos retirar recursos do FGTS para infra-estrutura enquanto o programa de habitação e saneamento está longe de ser resolvido. O PAC fala em 4 milhões de novas unidades habitacionais, em reduzir o déficit habitacional em 50%. Mas os recursos do governo são insuficientes”, diz Simão.

Negociações políticas

Com relação a distribuição regional de investimentos, fator importante nas negociações do PAC no Congresso, Simão

“Temos uma capacidade ociosa de 30%. A indústria pode absorver sem problemas a demanda adicional gerada pelo plano. O governo tem um temor exagerado. A inflação está sendo contida. Não existe um tendência mundial que sinalize para preços mais altos, muito pelo contrário.”

Melvyn Fox, presidente da Abramat

pondera que é preciso dar um crédito ao Executivo. “É claro que o governo é do presidente Lula e do PT. Eles têm suas preferências. Do ponto de vista técnico, tenho restrições à transposição do rio São Francisco, por exemplo. A obra não poderia ser tocada de forma alguma como se encontra hoje, com insegurança e incertezas. Mas, do ponto de vista político, é uma opção que se fez.” O importante, segundo Simão, é que o governo não está

surdo às reivindicações. “Se alguma coisa coerente aparecer, mostrando mais viabilidade, haverá sensibilidade para fazer mudanças.”

Para a CBIC, o Congresso tem papel decisivo para o aprimoramento dos projetos, como as medidas que tratam da mudança na Lei de Licitações e a definição do programa para a habitação de interesse social. “Não acredito que o Congresso colocará grandes obstáculos à

aprovação das medidas que compõem o PAC, até mesmo porque há muito tempo a sociedade está reivindicando investimentos nas áreas de saneamento básico, energia, transportes”, considera Simão.

Para Robusti, é fundamental que o plano não seja desqualificado nas discussões do Legislativo. “O país só tem uma solução: crescer. Mas a nossa infra-estrutura está falida. Quem pode ser contra recuá-la?”

QUALIFICAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA É DESAFIO

As lideranças do setor alertam que a aceleração de atividade proposta pelo PAC implica equacionar a oferta escassa de mão-de-obra qualificada. Muitas inovações tecnológicas não são colocadas em prática por falta de capacitação dos trabalhadores. As entidades, atentas ao problema, têm lançado isoladamente programas de capacitação profissional que, num futuro próximo, podem ser unificados numa ação conjunta.

“O grande gargalo é qualificação. Estou falando de pintor, pedreiro, azulejista, serralheiro”, diz Melvyn Fox. A Abramat tem um projeto em parceria com a Escola Politécnica, o Senai e setores governamentais. “Queremos elaborar um diagnóstico do que existe para apresentar um projeto de capacitação e certificação. O objetivo é formalizar a profissão do trabalhador da área da construção civil. O próprio Ministério do Trabalho está preocupado com isso, pois se trata de um dos segmentos de menor qualificação.” Fox frisa que se refere a um contingente de 9 milhões de trabalhadores, ou 13% da

mão-de-obra brasileira.

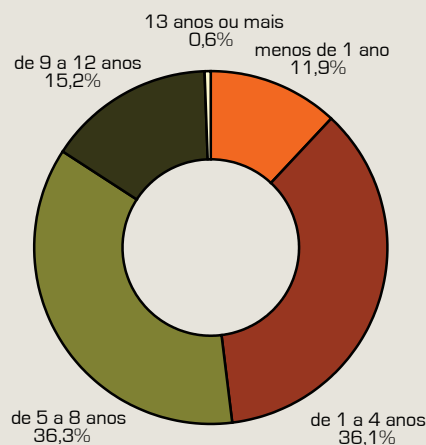
A escassez de profissionais capacitados tem explicação no cenário até recentemente enfrentado pelo setor. “Amargamos muitos anos de crescimento pífio, que acabaram gerando a desqualificação de profissionais, até porque não havia empreendimentos”, diz João Claudio Robusti.

Ele atenta, no entanto, que não falta gente disposta a trabalhar. “A taxa de desemprego é ainda muito elevada, em torno de 10%. Portanto o que pesa mesmo é a qualificação. O Sinduscon tem patrocinados cursos, estágios convênios com universidades antes mesmo do PAC. Agora, temos que acelerar essas iniciativas.”

A CBIC também aponta uma desestruturação do setor no período de 20 anos em que ele cresceu a uma média inferior a 1% ao ano. Segundo Paulo Simão, as entidades estão mobilizadas em duas frentes: além do treinamento dos trabalhadores, investe-se na inovação tecnológica para substituir mão-de-obra.

A Anamaco vai lançar em breve um programa de qualificação profissional em parceria com o Senai. “Num mercado em expansão, esse é um problema muito agradável de resolver”, diz Cláudio Conz. “Hoje, um colocador de piso e azulejo ganha o triplo de um engenheiro recém-formado.” Para Conz, será natural otimizar no futuro as diversas iniciativas das entidades ligadas à UNC.

Anos de estudo da força de trabalho na construção*, 2005



Fonte: PNAD. *Inclui apenas auxiliares

Opinião

As PPPs e a cultura política brasileira

Eduardo Capobianco

Empresário, é vice-presidente da Fiesp, presidente do Instituto São Paulo Contra a Violência e da Transparência Brasil

AS Parcerias Público-Privadas (PPPs), cuja lei foi aprovada em dezembro de 2004 no Senado e na Câmara dos Deputados, representam, em tese, um avanço no marco legal. Além de criar uma alternativa para a falta de recursos para investimentos em infra-estrutura, corrigem antiga distorção: até seu advento, os dois instrumentos legais disponíveis no país para regular esses investimentos eram a Lei de Licitações, na qual 100% dos recursos são do Estado, e a Lei de Concessões, na qual os investimentos são 100% da iniciativa privada. As PPPs estabelecem adequação de bom senso, possibilitando o aporte conjunto de recursos, das fontes pública e privada.

Trata-se, portanto, de instrumento legislativo importante no sentido de colaborar para que o Brasil possa reduzir seus gargalos na infra-estrutura, em especial nos segmentos prioritários da energia elétrica e transportes, incluindo-se, nesse item, as rodovias, ferrovias, implementação de hidrovias e a modernização portuária e aeroportuária. A economia nacional não pode mais ter seu crescimento ameaçado pelo risco de “apagões” e tampouco deve manter-se refém de uma estrutura de transportes ineficiente e cara. São, portanto, investimentos essenciais para que os produtos brasileiros ganhem mais competitividade internacional e cheguem mais baratos também ao mercado interno de consumo.

Para ter idéia da premência dos investimentos em infra-estrutura, basta analisar dados de um estudo da Fundação Getúlio Vargas, realizado para o Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo: a malha rodoviária brasilei-

ra, de 1,7 milhão de km, é muito pequena para o tamanho do país, além das grandes extensões sem asfalto ou qualquer outro pavimento. Isto representa 202 km de estradas por 1.000 km². Em numerosos países — inclusive da América Latina — a média é bem superior. Outro trabalho, este da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), mostra que 74,7% dos 74.681 km de estradas asfaltadas do Brasil são ruins e/ou apresentam algum tipo de deficiência e 65,4% têm sinalização em estado inadequado.

Além de possibilitar alternativas no campo da infra-estrutura, impedindo que seus gargalos atravessem o crescimento econômico, as PPPs têm potencial para estimular numerosos setores de atividade, abrindo oportunidades de negócios para a engenharia pesada, construção civil, bens de capital, metalurgia, setores de tecnologia de ponta e de mão-de-obra intensiva. Portanto é lamentável que, três anos após a aprovação da lei, muito pouco tenha sido empreendido em termos de projetos no âmbito das PPPs. Cumpre entender, contudo, os reais obstáculos à sua implementação, de modo que, por meio de amplo e transparente diálogo, torne-se possível solucionar os problemas e avançar.

A primeira questão a ser levantada é quanto à efetiva convicção dos distintos segmentos do setor público quanto à implementação das parcerias. Afinal, essa predisposição da área governamental, bem como a profunda compreensão de seu papel no processo, é decisiva. Tal convicção implica, necessariamente, abrir mão de algumas funções que possam ser mais bem desempenhadas pela iniciativa privada. Do lado empresarial, um pa-

râmetro inicial de grande importância é a percepção do risco envolvido versus o custo do capital investido. Esse risco é medido, dentre outros indicadores econômico-financeiros, pela qualidade do marco legal, a capacidade de o Judiciário garanti-lo, estabelecendo a certeza do respeito a direitos e deveres, e a estabilidade político-institucional.

Este último quesito, relativo à avaliação do risco, merece análise mais aprofundada. Estabilidade político-institucional não significa apenas a solidez do regime democrático, que parece inabalável no Brasil. Significa, também, a certeza de que tendências filosófico-ideológicas não se sobreponham às prioridades nacionais, interferindo nos programas de governo, inclusive os que são amparados por leis e publicamente alinhados entre as convicções programáticas manifestadas nos discursos oficiais. Ora, dentro do próprio governo há facções mais à esquerda ou mais à direita (por mais desgastados que estejam tais definições políticas) que concordam ou discordam do escopo das PPPs. Tal falta de unanimidade espalha-se pelas forças políticas do país, suscitando justificada desconfiança no meio dos investidores, que vêem nisso um aumento do risco no aporte do capital.

Também não se pode admitir que desconfianças relativas às licitações reforcem os argumentos contrários às PPPs por parte de setores governamentais e tampouco agravem a sensação de risco dos investidores. Por isso é decisivo, na prática da aplicação da lei, mitigar as brechas e falhas que ela contém. Nesse sentido, a primeira providência é reduzir ao máximo as restrições à participação das empresas interessadas. Outra medida importante é corrigir antigas distorções eliminadas da Lei de Licitações, mas incorporadas à das PPPs: a prerrogativa de a empresa autora do projeto participar da licitação (obviamente, quem fez o projeto de uma obra tem informações e condições mais favoráveis para vencer a concorrência, caracterizando-se uma vantagem competitiva); e o critério subjetivo de “técnica e preço”, que no passado foi instrumento

de dirigismo e corrupção. A adoção de todos esses cuidados na aplicação da lei é inexorável para coibir o dirigismo nas licitações e, portanto, para permitir que o próprio mercado arbitre com naturalidade os preços contratados. Ou seja, lisura e transparência são fatores exponenciais.

É necessário avaliar, ainda, o forte movimento que se observa na América Latina de ampliação das funções do Estado, na contramão do que se observa no mundo desenvolvido e em grande parte das nações emergentes. Tal tendência, que implica uma retórica de desqualificação do setor privado, ramifica-se a partir do presidente Hugo Chávez, na Venezuela, ganha o reforço de Evo Morales, na Bolívia, e encontra eco nos discursos do novo mandatário do Equador, Rafael Correa.

Estabilidade político-institucional não significa apenas solidez democrática, mas também certeza de que tendências filosófico-ideológicas não se sobreponham às prioridades nacionais

A disseminação desses conceitos conspira contra as PPPs e reduz a convicção de governos que, como vimos inicialmente, é fundamental para o sucesso das parcerias.

No Brasil, essa “contaminação” retórica apresenta formas mais sutis, mas com grande poder corrosivo. Um exemplo emblemático é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que coloca o Estado como o grande motor do desenvolvimento. Entretanto o plano não reduz as despesas e prioriza os investimentos estatais. Isso implica a não redução da dívida pública, já em torno de R\$ 1 trilhão, o que pressionará o custo do capital, elevando juros e dificultando a ação do setor privado no aporte de sua parcela de investimentos.

Outro fator que amplia as desconfiças da sociedade e conspira contra as PPPs é o recorrente descumprimento de contratos por parte do setor público. Esse vício é agravado nas mudanças de governo, quando, invariavelmente, o sucessor desconsidera os compromissos assumidos pelo antecessor, numa permanente

desqualificação das decisões passadas e do governante que as adotou. O próprio universo político se desqualifica genericamente. Isso contraria a lógica. O não-cumprimento dos contratos somente poderia ocorrer por justa causa, ou seja, com a devida investigação, apuração e efetiva constatação de irregularidades.

Também atenta contra as PPPs, assim como o direito dos cidadãos e pessoas jurídicas, a desqualificação das decisões judiciais caracterizada pelo não-pagamento dos precatórios. Tal prática é ainda mais grave, pois significa descumprir dispositivos contidos na Constituição Federal. Assim, é verdadeiramente absurda a proposta de emenda constitucional nº 12, de 2006, que estabelece leilão entre os credores do Estado de São Paulo, privilegiando

o pagamento aos que oferecerem maior deságio para o montante do débito. Isto é surrealista, paradoxal e inconcebível.

Atitudes de alguns governantes igualmente depõem contra as parcerias. Exemplo lamentável disto é a conduta adotada no Paraná pelo governador Roberto Requião (PMDB). Em sua insurgência compulsiva contra as concessões rodoviárias, não acatou devidamente as decisões judiciais contrárias à suas pretensões, ameaçando mandar construir caminhos alternativos às rodovias estaduais pedagiadas, de modo que os usuários não precisem pagar. Com essa atitude, utilizou o poder de seu cargo para, de maneira indireta, inviabilizar os contratos de concessão. Nessa postura, observam-se praticamente todos os problemas aos quais nos referimos anteriormente: falta de convicção, incapacidade de as instituições manterem com firmeza as decisões judiciais e seu escopo, desrespeito à obra administrativa dos governos antecessores e matiz ideológico sobreposto aos interesses da sociedade. Ou seja, o caso paranaense é

um exemplo cabal do paulatino processo de corrosão das relações entre Estado e iniciativa privada.

Em paralelo a todas essas questões, há outros obstáculos, como a necessidade de mais acesso do setor privado a recursos financeiros para financiar investimentos, com mais disponibilidade de oferta e juros compatíveis. Se, por um lado, o PAC criou mecanismos de desoneração fiscal e estabeleceu maior prazo para o pagamento dos empréstimos, a pressão do próprio Estado sobre as fontes de crédito deixará pouco espaço para as PPPs. A tendência é haver alguns tomadores privilegiados de fontes semi-oficiais de recursos, não permitindo a democratização do crédito e a criação de um mercado de PPPs com grande número de participantes.

Esse somatório de barreiras torna cada vez maior a probabilidade de que essas parcerias transformem-se em negócios para poucos, passando à sociedade a sensação de negociatas e contaminando os próprios contratos já realizados. O aprofundamento de tal tendência alimentará o círculo vicioso da desconfiança, exaurindo as PPPs. Prevaleceria, então, também no Brasil, o discurso ao qual nos referimos anteriormente, de desvalorização do setor privado e “reestatização”, que já se encontra em estágio bastante agudo nas Venezuela, Bolívia e Equador. Seria um passo para trás e um fator que inviabilizaria o círculo virtuoso dos investimentos privados.

O fundamental é que os governos da União, Estados e municípios resolvam suas divergências internas quanto às PPPs e sinalizem com clareza, para a sociedade e os empresários, as suas reais intenções no tocante aos projetos de parceria. Tal clareza é imprescindível para evitar desperdício de tempo, energia e dinheiro, pois não pode haver esse tipo de instabilidade e incerteza em contratos que exigem grandes investimentos e têm retorno no longo prazo. Nesse contexto, há uma certeza absoluta: de todo modo, o Brasil precisa solucionar seus gargalos de infraestrutura para ir além de um patamar medíocre de desenvolvimento, cuja superação é o desafio prioritário do país.

Infra-estrutura

O cenário do saneamento

Frederico Araujo Turolla

Professor da FGV-SP e da ESPM e Sócio da Pezco Pesquisa e Consultoria Ltda

Thelma Harumi Ohira

Sócia da Pezco

Embalado pela Lei de Saneamento, o cenário setorial continua francamente favorável aos investimentos, pois houve a definição das linhas gerais de um marco regulatório. Mas o PAC não constitui vetor de aceleração das inversões no setor

O ano de 2007 começou com novidades para o setor de saneamento. Primeiro, o otimismo com a lei 11.445, a Lei do Saneamento, aprovada no ano passado após consenso de entidades setoriais. Depois houve uma ducha fria, com um conjunto de vetos presidenciais logo no começo do ano. O principal avanço, que resistiu aos vetos, foi a definição das linhas gerais de um marco regulatório. A lei oferece também elementos pontuais que contribuem para a redução das incertezas jurídicas em vários aspectos.

Em seguida, no fim de janeiro, foi anunciado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Apesar da grande expectativa sobre possíveis medidas de aceleração dos investimentos setoriais, o plano decepcionou por ter apresentado medidas de desoneração tributária com pequeno alcance, sem atacar os efeitos do choque tributário que tem afetado o setor desde 2004. Decepcionou também por apresentar intenções de financiamento sem amarrá-las em uma estratégia, em um contexto no qual os desembolsos efetivos têm sido pequenos em relação aos anúncios públicos e as contratações.

No balanço geral, a conjuntura dos investimentos em saneamento continua francamente favorável aos investimentos, mas poderíamos estar vivendo um momento de maior otimismo.

Ponto forte

Os incentivos que orientam o setor de saneamento são baseados em mecanismos políticos, auto-regulação por parte dos próprios operadores, disciplina pelo mercado de capitais sobre um pequeno número de companhias abertas, contratos no caso de alguns operadores privados e ainda por um pequeno número de agências, com alcance limitado devido a dificuldades jurídicas e institucionais. Essas últimas têm escopo muito limitado na área de regulação econômica, atuando de maneira mais efetiva na fiscalização e regulação técnica em geral. Esse conjunto é o que se pode encontrar de mais próximo do que seria a “regulação setorial” do saneamento no Brasil, com incentivos muito aquém do que se poderia esperar.

A má regulação, ou ausência de regulação, constitui um dos vários desafios que, durante décadas, travaram os investimentos em infra-estrutura de água e esgoto, além de desperdiçar oportunidades de impulsionar ganhos de eficiência que nos permitiriam atender a mais gente com menor consumo do recurso água e com tarifas módicas. O ponto forte da Lei do Saneamento é justamente a definição das linhas gerais de um marco regulatório setorial. Ele deverá ser implantado paulatinamente, dependendo das deci-

sões dos milhares de agentes e de poderes concedentes envolvidos. A lei contribuiu principalmente ao estabelecer critérios para decisões regulatórias que poderão criar incentivos adequados, tendo como princípios gerais a independência, transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Embora a regulação do saneamento seja necessariamente fragmentada, o que reduz significativamente seu potencial de efetividade, a lei incentivou a delegação. Essa possibilidade foi explicitada em dois pontos do texto, nos capítulos que tratam da titularidade e da regulação. Neste último, estabeleceu-se que a regulação poderá ser delegada a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado. Assim, fica clara a intenção do legislador em oferecer ao poder concedente a possibilidade de reduzir o elevado custo da implantação de um aparato regulatório adequado. Foi certamente levado em consideração o fato de que o Brasil não é um país rico a ponto de onerar os usuários e poderes concedentes com as vultosas despesas necessárias para uma multiplicação das estruturas regulatórias. Isso certamente acontecerá, mas o incentivo à delegação contribuirá para alguma racionalização.

A regulação prevista na lei não deverá atingir a todos os operadores. Os que se encontram no mesmo nível do poder concedente poderão se esquivar, se não estiverem sujeitos a celebração de um contrato. É curioso que no Brasil operadores locais possam contar com vantagens tributárias por estarem isentos de contribuições federais e ainda operar de forma auto-regulada. Assim, as formas

É lamentável que o governo tenha escolhido o setor de saneamento para a ampliação de sua receita fiscal

dotadas de maior transparência e de melhor governança são desestimuladas.

Apesar da fragmentação e da isenção regulatória de alguns operadores, a nova lei tende a engendrar avanços paulatinos em direção a um ambiente mais regulado. Os benefícios da Lei do Saneamento não se resumem à regulação. Há um conjunto de pontos que estabelecem regras que deverão influenciar a vida do setor nos próximos anos. Várias delas ainda estão em discussão e deverão amadurecer ao longo do tempo, assim como seus efeitos se tornarão mais claros.

Social às avessas

Antes mesmo da sanção presidencial, vários fundos, empresas e investidores privados passaram a avaliar novos negócios na área de saneamento, tendo em vista a

maior segurança jurídica. Esse movimento positivo continua ocorrendo, especialmente no setor privado, mas também por parte de alguns operadores que apresentam gestão mais eficiente.

Apesar disso, parte do setor recebeu como uma ducha de água fria um conjunto de vetos do presidente da República no ato da sanção do projeto de lei. De fato, parte do setor e da sociedade chegou a acreditar na reversão da política social às avessas que tem sido praticada pelo governo nos últimos anos, por meio de um choque tributário combinado com uma menor destinação de recursos.

Note-se que o choque foi aplicado concomitantemente a uma redução dos investimentos não onerosos do governo federal e com uma queda dos desembolsos onerosos, tornando o setor um

financiador líquido do governo. A lógica parece ser a de privilegiar a tributação de um consumidor em um serviço com elasticidade-renda relativamente baixa, por se tratar de insumo essencial à vida humana, tornando o consumidor mais suscetível à aplicação de alíquotas mais altas, com baixo efeito sobre as quantidades consumidas. Aos olhos da administração tributária, a conta de água quase se transforma em um Darf, documento de arrecadação das receitas federais.

É lamentável que o governo federal tenha escolhido o setor de saneamento para a ampliação de sua receita. Trata-se de um conjunto de serviços com inegáveis externalidades sobre a incidência de miséria, a saúde humana, o ambiente e até mesmo sobre o potencial de desenvolvimento de áreas carentes. Assim, não há qualquer exagero em afirmar que o choque tributário e a redução de recursos aplicados sobre o saneamento constituem uma política social às avessas.

Política perversa

Em sua concepção, o PAC deveria reverter a política perversa praticada nos últimos anos. As medidas foram voltadas tanto para desoneração tributária quanto para a disponibilização de novos recursos. A maior decepção do PAC veio com as desonerações tributárias. O plano não ofereceu nenhuma resposta ao choque tributário de 2004. A principal medida veio com a medida provisória 351/2007, que criou o Reidi (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura). O regime, a ser regulamentado, oferecerá isenções a contratações de obras e serviços para novos projetos. A efetividade do mecanismo dependerá do grau de concorrência no interior da cadeia produtiva, já que os recursos só chegarão aos operadores



Há uma enorme distância entre divulgações oficiais de investimentos e valores efetivamente realizados

finais se os seus fornecedores operarem em ambiente suficientemente competitivo, de forma que as isenções sejam convertidas em menores preços. Em vários segmentos da cadeia, entretanto, é possível antecipar que os ganhos não somente serão pequenos como também que boa parte deles serão apropriados nos elos produtivos, sem transferência efetiva aos operadores, o que não contribuirá para a realização de novos investimentos, como propõe a medida.

Outra medida de desoneração diz respeito à redução do prazo de recuperação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre edificações incorporadas ao ativo imobilizado. Para o setor de saneamento, essa medida representará valores pequenos, com impacto residual e sem efeito sobre o investimento.

Do lado dos recursos, o PAC foi pródigo em anúncios de verbas, onerosas e não onerosas, disponíveis para investimentos. Entretanto, o programa não oferece segurança de que os desembolsos ocorram. Prometem-se recursos orçamentários bilionários que, nos últimos anos, estiveram sistematicamente abaixo dos valores orçados ou contratados, sem acenar com um compromisso forte nesse sentido.

Note-se que não é adequado somar os recursos onerosos na mesma categoria dos não-onerosos. Muitos dos anúncios de recursos para saneamento nos últimos anos não se converteram em gasto efetivo. Não há razão para acreditar que desta vez será diferente. Por este motivo, a disponibilidade de financiamento por si só não constitui motor de inversões no setor. Há várias dificuldades, tais como a burocracia e o tempo de concessão de financiamentos pela CEF e instituições de fomento em geral, a insuficiente capacitação técnica para realização de projetos, os

critérios de seleção dos projetos, podendo incluir escolhas políticas e alocações não vinculadas a necessidades reais de recursos e, ainda, o fato de que, em parte relevante dos financiamentos, os recursos anunciados não chegam efetivamente a ser transferidos aos tomadores.

Os anúncios bilionários não se referem apenas ao futuro, mas também ao passado. Em debate durante a campanha presidencial, o presidente Lula anunciou ter realizado R\$ 10 bilhões em investimentos no setor durante sua primeira gestão, superestimando em várias vezes os valores efetivamente empregados. O mesmo valor é agora divulgado como meta anual para o segundo mandato. A discrepância entre divulgações oficiais e valores efetivos pode ser exemplificada em uma grande cerimônia, em maio do ano passado, que anunciou a liberação de R\$ 1,3 bilhão em recursos adicionais. Quase nove meses depois, observa-se que o total de desembolsos de recursos onerosos do FGTS em todo o ano passado foi cerca de metade desse valor.

O PAC também buscou ampliar a disponibilidade de financiamento utilizando recursos do FGTS, o que vem sendo questionado por centrais sindicais. Foi criado um novo fundo, o FI-FGTS. As dificuldades com esse instrumento são várias. Primeiro, em razão de seu caráter multissetorial, que financia investimentos em energia, rodovias, ferrovias e portos, além do saneamento. Segundo, em razão dos critérios de alocação de recursos e de elegibilidade, ainda incertos, considerando-se que será necessário conservadorismo na exposição do patrimônio de um fundo com base no FGTS. Note-se que os riscos não necessariamente serão assumidos pelos trabalhadores, podendo se converter em problemas fiscais de médio e longo prazos.

Perspectivas setoriais

Em suma, o PAC não trouxe desonerações relevantes e constitui mera carta de intenções sobre financiamentos, sem qualquer direcionamento de uma estratégia de expansão de investimentos. Assim, não se espera que o PAC possa constituir um vetor principal de aceleração dos investimentos em saneamento. Apenas o ambiente criado pela nova lei e pela elevada liquidez dos mercados financeiros deverá seguir impulsionando inversões, com eventual contribuição de desembolsos do PAC, se este vier a cumprir pelo menos uma parte de suas metas.

A definição da titularidade continua sendo grande desafio. As posições relativas a esse tema são polares, e as propostas sucumbem pela forte oposição que encontram. Um possível pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre duas ações em andamento certamente contribuiria para a redução das incertezas, mas não deverá oferecer solução definitiva para a questão. Assim, a indefinição deverá ser um dos ingredientes do cálculo dos riscos dos investimentos no setor nos próximos anos.

No balanço geral, a conjuntura dos investimentos em saneamento continua francamente favorável, mas poderíamos estar vivendo um momento de maior otimismo. Os próximos anos poderão voltar a assistir ampliações marginais da cobertura de redes e de tratamento, mas não se deve esperar um salto em direção à universalização em âmbito nacional. Excetuam-se nesse contexto algumas áreas com operadores com grande capacidade de financiamento e de investimento, como é o caso de alguns Estados e de alguns operadores locais, principalmente privados, que já vêm se destacando nesse aspecto e poderão encontrar condições mais propícias a suas estratégias de expansão.

Realidades comparadas

Crédito imobiliário em expansão no mundo [Parte 1]

Maria Antonieta Del Tedesco Lins
Ana Maria Castelo

Hoje, quando todos os olhares estão voltados para as potencialidades de crescimento do financiamento imobiliário no Brasil, é fundamental estudar como se comporta o crédito imobiliário no mundo. O intenso movimento de liberalização dos mercados financeiros, conjugado com os ganhos de estabilidade macroeconômica, atuaram como estímulos adicionais à melhora do crédito

RESOLVER uma complexa equação cujos resultados levariam a garantir um fluxo contínuo de recursos de longo prazo para financiar a formação de capital habitacional pelas famílias é uma tarefa central para todos os países, quaisquer que sejam seus estágios de desenvolvimento.

A questão habitacional está a diferentes distâncias de uma solução durável nas diversas regiões do mundo. Olhando para alguns países que vêm estabelecendo inegáveis elementos de sucesso, percebemos que, em muitos casos, o êxito das políticas de financiamento habitacional esteve vinculado a um processo de fortalecimento das instituições – muitas vezes passando por medidas de liberalização financeira – conjugado a avanços na estabilidade macroeconômica.

A despeito das especificidades de cada país, um fato há em comum nessas experiências de financiamento e política habitacional: elas sustentam investimentos em habitação bastante superiores aos do Brasil, contribuindo positivamente para a formação de capital dessas economias e, por conseguinte, para o seu crescimento econômico. As mudanças no modelo de financiamento habitacional espanhol, por exemplo, levaram os investimentos em habitação desse país a dobrar: de US\$

800 por habitante, em meados dos anos 1990, para quase US\$ 1.600 por habitante em 2005.

Tendências

O desenvolvimento recente do financiamento habitacional tem sido marcado pelas transformações mais amplas nos sistemas financeiros em todo o mundo. De uma forma geral, temos assistido a uma importante vaga de liberalização dos mercados financeiros, entre outras razões, com o intuito de corrigir distorções e de estimular os fluxos de financiamento. Um dos efeitos mais desejados desse tipo de iniciativa é o de amenizar as restrições sobre o crédito presentes em vários mercados. A reestruturação e o fortalecimento dos mercados financeiros é, ademais, condição imprescindível para o desenvolvimento de um mercado secundário de hipotecas.

Tudo isso acontece em meio a um quadro de maior estabilidade macroeconômica e menor vulnerabilidade financeira, fator particularmente importante para os países emergentes. A estabilidade cria as condições para a ampliação da demanda por financiamento habitacional. Além disso, de maneira geral, é possível observar que as operações de mercado vêm ganhando terreno no conjunto das

modalidades de crédito disponíveis nos diversos países.

Essas tendências favoráveis no mercado de financiamento habitacional e a estabilidade macroeconômica são elementos determinantes para uma boa avaliação do risco nos empréstimos e uma melhor classificação do crédito. Com isso, o crédito fica mais eficiente e pode ser mais bem alocado. Sensíveis melhoramentos na avaliação do risco dos empréstimos e na sua classificação trouxeram mais eficiência para as operações de financiamento. Ao mesmo tempo, uma ampliação das atividades de securitização tem trazido um maior grau de especialização aos mercados financeiros, abrindo o caminho para os investidores diversificarem sua carteira de ativos.

Com o melhor acesso ao crédito, as famílias têm podido ampliar substancialmente seus empréstimos imobiliários, mas também têm percebido a elevação do preço das moradias. Diante desse quadro, estudos realizados por bancos centrais nacionais e agências de risco procuraram avaliar a sustentabilidade desse endividamento, sem ter encontrado grandes problemas. Tanto as famílias teriam, em média, a possibilidade de absorver uma elevação do custo dos recursos e dos preços dos imóveis, como as instituições financeiras estariam suficientemente capitalizadas para enfrentar uma eventual mudança no quadro geral do mercado.

Um leque mais amplo de contratos, com modalidades mais complexas, aumentou a escolha das famílias. Existe, porém, o temor de que uma parcela dessas famílias tenha adquirido propriedades mais caras do que sua renda permitiria a

A reestruturação e o fortalecimento dos mercados financeiros é condição imprescindível para o desenvolvimento de um mercado secundário de hipotecas

priori, o que introduz um componente de risco em uma eventual virada de preços e mercados.

O exemplo mais dinâmico de financiamento hipotecário é o norte-americano. Mas não é o único. Os países da União Européia (UE), embora em graus bastante distintos entre si, têm vivenciado importante expansão em seus mercados de financiamento imobiliário. Os modelos de política habitacional são bastante diferenciados entre os países europeus. Porém, os melhores resultados econômicos, aliados aos esforços para uma mais

pecíficas de estímulo ao financiamento imobiliário, o todo tendo impulsionado incrementos na participação dos investimentos habitacionais no PIB de vários países europeus. Olhando para o conjunto dos investimentos em habitações, tem-se uma noção de seu impacto na economia.

A evolução da parcela referente à habitação na formação bruta de capital fixo na UE ilustra uma expansão mais acentuada nos países que vivenciaram um crescimento econômico mais intenso, com processos de reestruturação

de um bem imóvel, a possibilidade de deduzir do imposto de renda os custos financeiros de uma hipoteca e o nível de taxaço sobre os ganhos com a transação de imóveis podem estimular ou inibir as operações nos mercados imobiliários.

A conjunção de políticas específicas em um cenário de estabilidade monetária e financeira é capaz de produzir grandes resultados.

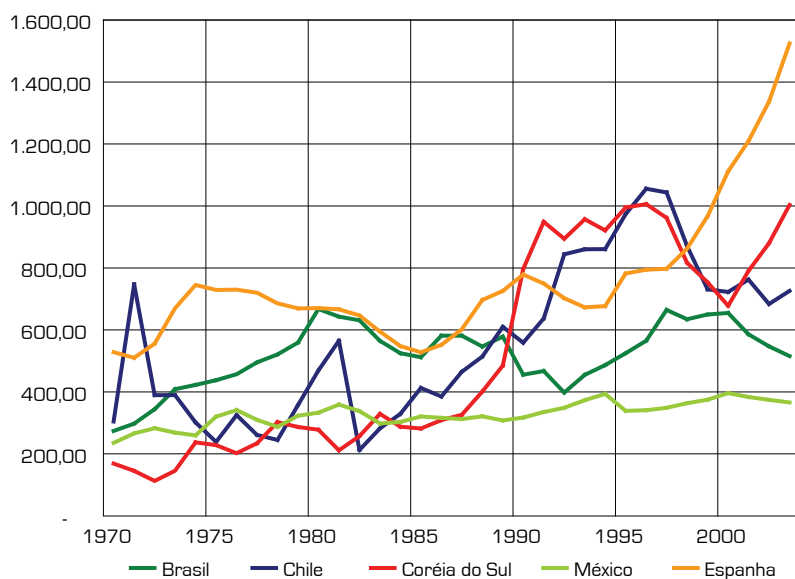
Espanha

Grande parte do recente sucesso espanhol pode ser explicada pelo estabelecimento de um marco institucional capaz de atender às necessidades do setor financeiro como um todo e do mercado hipotecário em particular.

Os Pactos de Moncloa, firmados em 1977, lançaram as bases para o fortalecimento das estruturas econômicas e de financiamento na Espanha. A liberalização financeira consistiu na progressiva eliminação de fatores de obrigatoriedade e rigidez sobre as taxas de juros. Depois, a Lei do Mercado Hipotecário, de 1981, introduziu uma série de medidas que possibilitaram uma importante expansão do crédito, como a elevação do percentual a ser financiado do valor do imóvel e a autorização para que as sociedades de crédito hipotecário pudessem emitir cédulas hipotecárias. Dez anos depois, uma reformulação do marco legal ampliou as possibilidades para emissão de títulos hipotecários, estimulando as operações de securitização.

As bases para uma sólida ampliação do volume de financiamento na Espanha estavam lançadas. Junto com isso, o processo de convergência macroeconômica para a unificação monetária no âmbito da UE trouxe ainda mais estabilidade à economia espanhola e contribuiu para uma redução mais acentuada das taxas de juros, movimento favorecido também

Investimentos em capital habitacional por habitante (US\$ constantes de 1996, ajustados pela PPP)



Fonte: OCDE e Penn World Tables

profunda integração regional parece vir influenciando a expansão imobiliária em alguns desses países.

Esse processo, cujos efeitos sobre a evolução das taxas de juros são nítidos, veio acompanhado de medidas para desregulamentação financeira e ações es-

e fortalecimento institucional, como na Espanha e na Irlanda.

O exemplo europeu mostra também os ganhos obtidos a partir de uma política de incentivo ao setor imobiliário. Medidas referentes à cobrança de impostos sobre a renda imputada à propriedade

A Espanha tem hoje um sistema de financiamento imobiliário dinâmico, com instituições em forte ritmo concorrencial e livres de travas institucionais

pela redução da inadimplência. A expansão financeira originou uma intensificação da concorrência entre instituições, estimulando a baixa dos juros.

Esse movimento caminhou na mesma direção de um notável desempenho do setor de construção habitacional e estabeleceu taxas de crescimento da ordem de 20% ao ano para o mercado hipotecário. Os preços das moradias subiram de forma acentuada, a despeito da elevação da oferta, em parte devido às condições de acesso ao crédito, que elevaram a demanda por moradias, mas também pelo aumento da demanda por ativos reais que se sucedeu à adoção do euro.

Com essas mudanças, a Espanha tem hoje um sistema de financiamento imobiliário muito dinâmico, do qual partici-

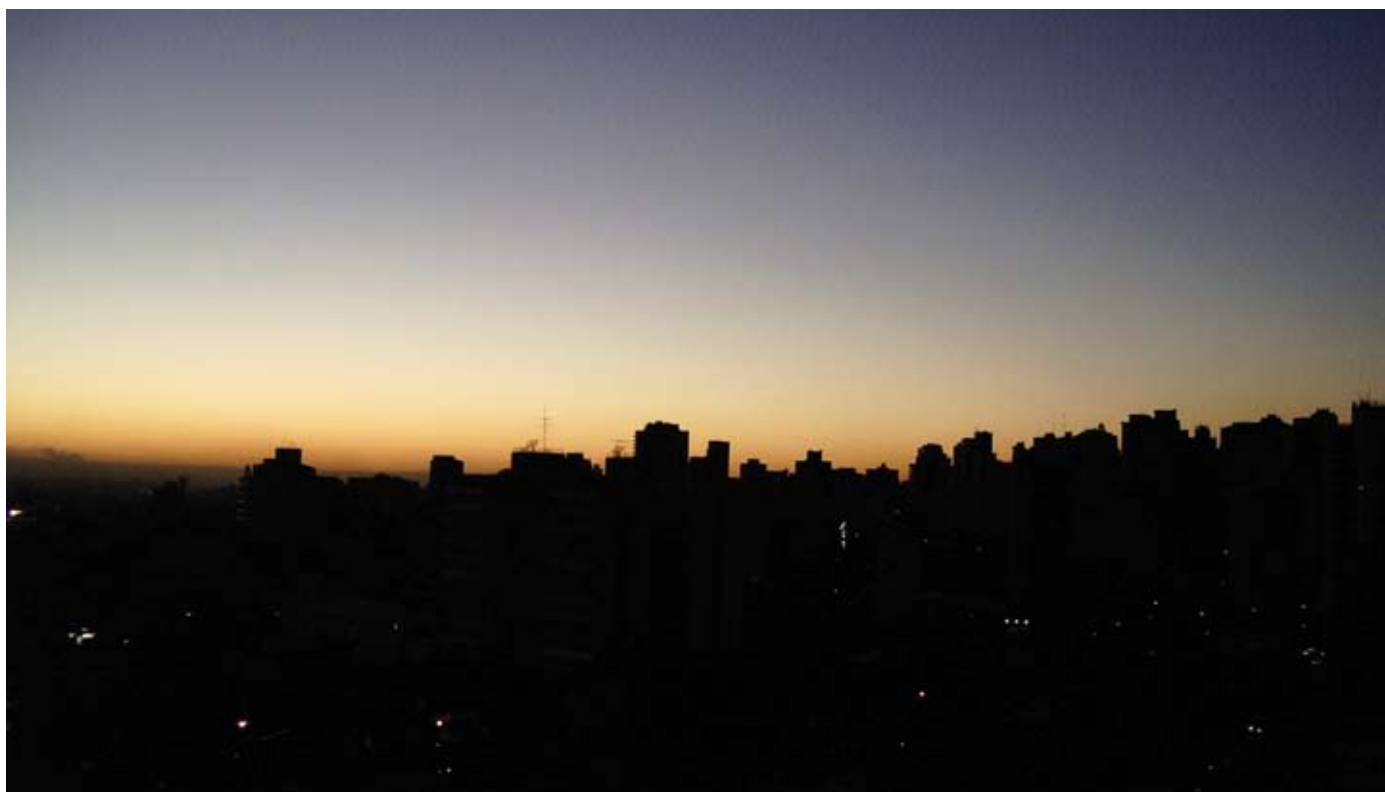
pam bancos e caixas de poupança em forte ritmo concorrencial e livres de travas institucionais. Cooperativas de crédito e entidades específicas de crédito hipotecário são participantes menores em termos de volume. Além do financiamento mais tradicional, existe um importante mercado secundário de hipotecas, cujas atividades foram fortalecidas pelas reformas legais dos anos 1990, pela ampliação da liquidez financeira das empresas, pelo alargamento do potencial de investidores após a unificação monetária, entre outros fatores.

Esse conjunto de transformações vem consolidando as seguintes características no mercado de financiamento hipotecário espanhol:

- redução das margens de intermediação,

- prevalência de taxas de juros variáveis nos financiamentos,
- maior agilidade no processo de contratação do empréstimo,
- valorização dos imóveis.

A Espanha tem os ingredientes de um exemplo bem-sucedido de liberalização financeira. Ampliar o crédito de longo prazo para a constituição do capital habitacional das famílias é um resultado que, por si só, justifica as medidas institucionais adotadas. Como é válido também para outros casos, ficam questões a serem avaliadas ao longo do tempo, como a evolução dos preços das moradias e a determinação de um nível aceitável para o endividamento das famílias, sem o comprometimento da estabilidade financeira da economia.



Economia e construção

Perspectivas de um crescimento chinês

Ana Maria Castelo

Fernando Garcia

EM 2006, o PIB brasileiro cresceu 2,9%, segundo as últimas estimativas do IBGE. A taxa é ligeiramente superior à prevista por grande parte dos analistas, mas longe de trazer otimismo, apenas confirma um ritmo de crescimento que nas últimas décadas tem sido dos mais baixos entre os países em desenvolvimento. A construção, por sua vez, pôde comemorar o terceiro ano consecutivo de crescimento: a taxa de variação do produto do setor alcançou 4,5% em 2006. O resultado final ficou um pouco abaixo da previsão, que era de 5,1%, em decorrência de uma desaceleração um pouco maior que a prevista no último trimestre do ano. Dois fatores foram fundamentais no impulso da construção no ano passado: crédito e eleições.

Para 2007, a *XXX Sondagem Conjuntural*, realizada com os empresários da construção em fevereiro pela FGV, mostrou otimismo em relação às perspectivas para os próximos meses, tanto no que se refere ao resultado de suas empresas, quanto no que diz respeito ao crescimento econômico do país.

Na área habitacional, o crédito continuará responsável por parte importante das novas obras e empregos gerados no setor, especialmente no primeiro semestre. Os recursos deverão vir tanto da poupança quanto do mercado aberto de capitais. Agora já são 12 as empresas ligadas à construção com capital aberto. Apenas nos dois primeiros meses de 2007, quatro companhias do setor ingressaram no mercado, captando R\$ 2,3 bilhões. Essas empresas estão líquidas e com uma grande capacidade de produção. Os efeitos dessa expansão dos recursos para o inves-

timento já podem ser notados especialmente em São Paulo, onde os lançamentos têm crescido de forma expressiva. Nos últimos seis meses finalizados em janeiro, o número de unidades residenciais lançadas na região metropolitana cresceu 8,4% em relação aos seis meses anteriores. São obras que se iniciam no primeiro semestre de 2007 e engrossam a demanda por materiais, mão-de-obra e serviços.

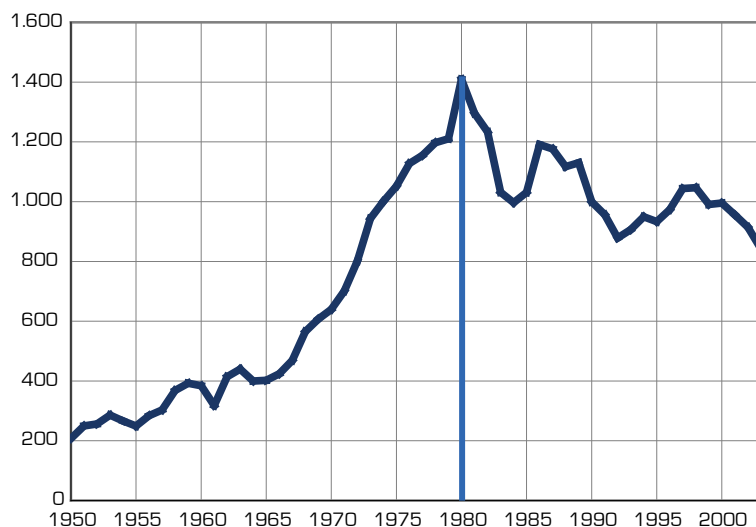
Mas o maior otimismo dos empresários vem dos bons ventos soprados pelo Programa de Aceleração do Crescimento

nos últimos anos para a economia brasileira e taxas “chinesas” de expansão do produto da construção. Em 2007, os efeitos serão percebidos em maior medida no segundo semestre e deverão levar a um crescimento superior ao de 2006.

Patamar de investimentos

O PAC, anunciado em janeiro pelo governo, tem um objetivo principal: a elevação do patamar de investimentos na economia, mais precisamente pelo aumento das inversões em infra-estrutura (logísti-

Evolução dos investimentos em construção por habitante, R\$ de 2005



Fonte: IBGE

(PAC). O plano anunciou um aumento importante no volume de investimentos para os próximos quatro anos, o qual, se efetivamente cumprido, vai garantir taxas de crescimento superiores às observadas

ca, energia e infra-estrutura social e urbana).

O plano frustrou alguns setores econômicos que não foram diretamente beneficiados pelas medidas e também aqueles

A estratégia independe de uma redução imediata dos juros, pois grande parte dos investimentos vem de fontes de longo prazo

que esperavam reformas mais profundas, que levassem não apenas a um ritmo de crescimento mais significativo nos próximos anos, mas dessem sustentabilidade ao processo de desenvolvimento econômico num horizonte maior. De fato, o que foi anunciado é algo mais restrito e que ainda não leva a uma mudança estruturada do modelo de desenvolvimento do país. Em verdade, o PAC é um conjunto de medidas que são condição necessária, mas não suficiente, para garantir o crescimento de longo prazo do país e que trazem retornos quase imediatos.

Em primeiro lugar, é preciso notar que o programa traz alguns avanços importantes para a retomada do crescimento que não devem ser desprezados. Se efetivamente cumprido, o PAC levará a um aumento expressivo no volume de investimentos, especialmente na área de infra-estrutura, a mais afetada nas últimas décadas pela falta de recursos e que hoje constitui um entrave ao crescimento sustentado do país. A expansão da capacidade de geração de energia elétrica e a recuperação e ampliação da infra-estrutura rodoviária, por exemplo, são passos fundamentais que podem permitir o país ultrapassar a fronteira do crescimento de 3% ao ano.

Além disso, o PAC ocorre num momento histórico propício. O atual governo herdou a maior carga tributária da história brasileira e uma economia estável do ponto de vista da inflação. É um fato inédito nos últimos 50 anos da economia brasileira. Como o governo absorve cerca de 39% do PIB brasileiro, o crescimento econômico tem reflexo imediato e elevado sobre sua arrecadação, o que permite a retomada dos investimentos públicos com a manutenção do equilíbrio fiscal. Por fim, vale mencionar que essa estratégia de promoção do crescimento em boa

medida independe de uma redução imediata das taxas de juros, visto que parte importante dos investimentos depende de fontes de longo prazo (BNDES, FGTS, estatais). Nesse sentido, o plano é consistente com as políticas monetária e fiscal que têm garantido a estabilidade de preços na economia brasileira.

Para atender as metas estabelecidas pelo governo, o PAC apresenta uma previsão de investimentos de R\$ 503,9 bilhões para os próximos quatro anos (2007/2010),

sendo que para 2007 seriam R\$ 112 bilhões. Esses recursos têm diversas origens: Orçamento Geral da União (OGU) e da Seguridade, orçamento das estatais, contrapartida dos Estados e municípios, investimentos das empresas privadas, dos bancos e das famílias. Portanto, nem todo recurso previsto no PAC constitui dinheiro novo. Parte considerável já estava nas previsões orçamentárias das estatais ou do próprio governo. Os recursos provenientes do Orçamento Geral da União e da



PAC traz a dinâmica de crescimento para o mercado interno e torna a economia menos vulnerável a flutuações internacionais

Seguridade representam apenas 13,5% do previsto no PAC para todo período, sendo que a maior parte dele virá por meio da elevação da dotação orçamentária do Projeto Piloto de Investimento (PPI), que passa de 0,15% para 0,5% do PIB no período 2007 a 2010. Essa estratégia deve livrar esses recursos do contingenciamento orçamentário. Os recursos do OGU serão divididos entre as áreas de infra-estrutura social e urbana e de transporte.

O maior direcionamento do investimento é para a área de infra-estrutura de energia. No entanto, a área mais privilegiada do PAC é também a única que não contará com recursos do OGU. A maior parte dos investimentos virá do orçamento da Petrobras.

Infra-estrutura social, onde estão as inversões para habitação e saneamento, deverá receber a segunda maior fatia dos recursos, com destaque para a área habitacional. Parece justo, considerando a dimensão do déficit habitacional, estimado em 7,8 milhões de domicílios, 77% concentrado nas famílias com renda de até 3 salários mínimos. No entanto, a maior parte é constituída de recursos onerosos, com origem nos bancos ou no FGTS, que não atendem diretamente às famílias de baixa renda. Para essa faixa, a parcela prevista para 2007 representa pouco mais de 9%, ou R\$ 2,6 bilhões. Esse valor, ainda aquém do necessário, mantém o padrão da política habitacional recente, no qual o mercado tem sido privilegiado, impulsionado especialmente pelo crédito vindo da poupança e do FGTS.

Em saneamento, o quadro é diferente. Os recursos previstos virão do OGU, do FGTS-FAT e de contrapartida dos Estados e municípios e representam efetivamente um incremento de recursos para o setor. A meta expressa no PAC é que, até 2010, o acesso à água, à rede de esgoto e à

coleta de lixo alcancem 86%, 55% e 47% dos domicílios do país, nessa ordem.

Os investimentos para a área de logística, que inclui toda a área de transporte, representarão a menor parte do bolo, 12% do volume previsto no PAC. Esses recursos virão principalmente do OGU e do BNDES, ficando uma pequena parcela por conta da iniciativa privada, especialmente por meio das PPPs.

Algumas das medidas anunciadas com o propósito de incentivar o investimento privado e reduzir a carga tributária sobre os bens de capital também deverão contribuir para a elevação dos recursos disponíveis para o investimento. Para a construção civil, a mais importante é a suspensão da cobrança do PIS e da Cofins na compra de insumos e serviços utilizados em novos projetos de infra-estrutura de longo prazo. A estimativa do governo é que ocorra uma renúncia fiscal da ordem de R\$ 6,6 bilhões em 2007 com o conjunto de medidas anunciadas na área fiscal. Vale notar, contudo, que o crescimento econômico induzido pelo PAC é capaz de gerar um aumento de arrecadação que compensa essa perda.

No entanto, o sucesso do programa depende da superação de alguns desafios importantes. Um dos principais está diretamente relacionado às dificuldades de gestão dos órgãos públicos que aprovam os projetos e liberam os recursos: há uma grande demora na aprovação dos projetos e uma enorme diferença entre contratação e desembolso dos recursos públicos, especialmente nas áreas como habitação de interesse social, saneamento e rodovias, onde os orçamentos não têm sido cumpridos, ou por problemas de contingenciamento ou na aprovação e implantação dos projetos. Outra dificuldade poderá vir na negociação política com o Congresso: 8 medidas provisórias, 2 pro-

jetos de lei complementares e 3 projetos de lei precisam de aprovação. Conseguir consenso político e rapidez não é uma tarefa trivial e pode retardar várias ações previstas no PAC. Ou seja, a questão não é apenas pôr no papel, mas colocar em prática as medidas previstas.

Perspectivas

Os investimentos do PAC constituem uma ampliação significativa da formação bruta de capital fixo do país, cujo impacto sobre o crescimento econômico deve ser rápido e expressivo. Uma comparação dos valores médios anuais previstos no PAC e os investimentos realizados nos últimos anos em algumas áreas que afetam diretamente a construção civil já demonstram esse potencial de crescimento no curto prazo. Nas áreas de rodovias pavimentadas, geração de energia, saneamento, habitação social e de mercado e outros segmentos de infra-estrutura urbana, o PAC pretende ampliar em R\$ 45,8 bilhões o fluxo anual de investimentos. Esse volume de recursos corresponde a aproximadamente 2,4% do PIB brasileiro de 2005. De forma imediata, ou seja, durante a execução das obras, esse montante é capaz de gerar uma renda de R\$ 39,3 bilhões na cadeia da construção civil, o que significa por si só um crescimento de 2% do PIB brasileiro e a abertura de 1,3 milhão de novos postos de trabalho, com efeito positivo sobre o número de ocupados no país de quase 1,7%.

Mesmo num cenário em que nem todos os recursos sejam efetivamente alocados, dadas as dificuldades políticas e operacionais, espera-se que algo em torno de 70% dos investimentos sejam realizados, o que equivale a um crescimento das inversões em cerca de R\$ 28 bilhões, com efeitos também expressivos sobre a renda e o emprego.

Investimentos em alguns setores da construção, previstos e atuais¹, R\$ bilhões

Investimentos	Investimentos			Renda gerada	Novos postos de trabalho ²
	PAC	Atuais*	Incremento		
Rodovias pavimentadas	8,360	9,858	(1,499)	(1,286)	(44.072)
Geração de energia	19,600	5,213	14,387	12,350	423.131
Saneamento (rede geral)	10,000	3,185	6,815	5,850	200.433
Habitação Social	10,500	3,455	7,045	6,047	207.198
Habitação SBPE/SFI	16,075	9,486	6,589	5,656	193.775
Outros			12,488	10,719	367.270
Total	64,535	31,197	45,825	39,335	1.347.735
[%] do PIB de 2005	3,33%	1,61%	2,37%	2,03%	1,67%

Fonte: IBGE e PAC. ¹valores de 2004; ²em relação ao total da população ocupada em 2004 segundo a PNAD

Os efeitos de médio prazo no crescimento econômico também são positivos. Partindo de um cenário de referência produzido pela FGV Projetos, com a efetivação dos investimentos previstos no PAC, a taxa de crescimento econômico do país passaria para 4,7% ao ano, entre 2007 e 2010, ou 4,3% ao ano no cenário mais pessimista, em que apenas 70% dos novos investimentos são efetivados. Nos dois cenários, observa-se uma aceleração das taxas de crescimento, fruto dos investimentos adicionais que poderão resultar das medidas anunciadas. No primeiro caso, essa aceleração de 2,1 pontos per-

centuais em relação à taxa média anual de crescimento econômico nos anos 2000, até 2006, que foi de 2,6%. Mesmo no segundo cenário, esse efeito seria grande, de 1,7 ponto percentual. Assim, o PIB brasileiro deve crescer algo entre 3,7% e 3,9% em 2007, atingindo um crescimento entre 4,6% e 5,1% em 2010.

Como se vê, o programa deverá obter resultados positivos em termos de taxas de crescimento nos próximos quatro anos, numa magnitude próxima à esperada pelo governo, que anunciou a sua meta de crescimento econômico entre 4,5% e 5,0% ao ano. E os reflexos disso sobre a

cadeia produtiva da construção são expressivos, dado que o PAC centrou foco em setores econômicos cujos investimentos passam necessariamente pela construção civil. O PAC prevê uma expansão da taxa de investimento brasileira dos atuais 19,5% a 20,5% do PIB para 25% em 2010, um avanço das despesas com capital em detrimento dos gastos com consumo. Isso significará um incremento de R\$ 124,8 bilhões (a preços de 2005) nas despesas com bens da construção civil, o que corresponde a um crescimento anual de 9,9% até 2010. O resultado sobre o produto e os níveis de ocupação da construção também serão expressivos, mesmo considerando a hipótese de nem todo recurso chegar. Nesse caso, o valor adicionado e a ocupação do setor podem crescer já em 2007 a taxas de 7,4% e 6,5%, respectivamente. Se o programa se consolidar nos anos seguintes, as taxas de crescimento do produto da construção atingirão níveis chineses de crescimento.

Vale notar que esse desempenho da economia brasileira, por estar baseado no aumento do investimento em construção civil, depende menos da evolução da economia mundial, cujas incertezas em relação às economias da China e dos Estados Unidos se elevaram recentemente. Em outros termos, o PAC, ao induzir o crescimento dos setores de bens não comercializados internacionalmente, traz a dinâmica de crescimento para o mercado interno e torna a economia menos vulnerável a flutuações no mercado internacional. Mesmo que se concretizem as projeções de redução das taxas de crescimento da China e dos Estados Unidos em 2007 – para, respectivamente, 8,4% e 3,1%, segundo estimativas da FGV Projetos realizadas em dezembro de 2006 –, o Brasil terá um crescimento maior de seu PIB em relação à média recente.

Efeitos sobre crescimento econômico

Ano	Cenário de referência	com PAC	
		Integral	70% dos investimentos
2006	2,9%	2,9%	2,9%
2007	3,7%	3,9%	3,7%
2008	3,8%	4,9%	4,5%
2009	3,9%	5,0%	4,5%
2010	3,8%	5,1%	4,6%
Médio	3,8%	4,7%	4,3%

Fonte: FGV Projetos

Produto da construção, taxas de crescimento anual

Ano	Cenário de referência	com PAC	
		Integral	70% dos investimentos
2006	4,5%	4,5%	4,5%
2007	5,0%	8,6%	7,4%
2008	5,3%	15,0%	11,4%
2009	5,8%	11,2%	8,9%
2010	5,4%	4,9%	4,5%
Médio	5,4%	9,9%	8,0%

Fonte: FGV Projetos

Sondagem conjuntural

Otimismo

Euclides Pedrozo

OS resultados da XXX Sondagem da Construção, realizada em fevereiro, indicam um progresso significativo no desempenho e nas perspectivas das empresas do setor para 2007. Além disso, foi registrado otimismo em relação à redução das dificuldades financeiras, bem como ao sucesso da condução da política econômica. Na comparação com a pesquisa de fevereiro de 2006, ainda se nota que os empresários não retomaram totalmente o ânimo quanto ao crescimento econômico. No entanto, o anúncio do pacote de medidas de incentivo à aceleração do crescimento pode ter alterado momentaneamente esse cenário, permitindo uma volta da confiança do empresariado neste início de ano.

Nesse sentido, a mudança de humor pode estar associada a dois fatores importantes. Primeiro, o crescimento do PIB, no ano passado, da construção civil pode estar refletindo, finalmente, que os recursos disponibilizados ao setor estão

impulsionando o volume de negócios e a rentabilidade das empresas. Segundo, as medidas de incentivo ao investimento em infra-estrutura e de estímulo ao financiamento e ao crédito contidas no PAC impulsionaram a expectativa de desempenho do setor em 2007, elevando a confiança no desempenho da economia. Esse conjunto de fatores, portanto, pode ter influenciado positivamente os resultados da Sondagem.

Desempenho

O indicador de desempenho das empresas atingiu seu maior patamar desde agosto de 1999, quando a Sondagem passou a ser realizada nacionalmente. O índice de 48,2 pontos representa um aumento de 3,8% relativo à pesquisa de novembro de 2006 e um crescimento de aproximadamente 11% na comparação anual. Praticamente todos os componentes de desempenho pesquisados cresceram em relação ao último trimestre, com exceção do volume

de negócios, que ficou estável. No entanto, esse indicador apresentou um crescimento expressivo, de 14,5% quando comparado com a pesquisa de fevereiro de 2006, ficando abaixo apenas da geração de emprego, que evoluiu 15,5% no mesmo período.

O indicador de dificuldades financeiras atingiu sua menor pontuação desde o início da pesquisa, representando quedas de 15,7% e 6,4%, em relação a fevereiro e novembro de 2006, respectivamente. A redução das despesas financeiras e a estabilidade na perspectivas dos custos da construção influenciaram positivamente nas previsões de desempenho do empresariado, que atingiu, também, seu maior nível histórico.

Perspectivas

No plano da economia, as perspectivas do setor para os próximos meses apresentaram resultados distintos, dependendo da comparação que se faça. Por exemplo, em relação à pesquisa de novembro passado, o sucesso na condução da política econômica registrou um índice de 46,8, com crescimento de 11,5%. Seus componentes mais importantes também registraram avanço, mas o maior impacto deveu-se ao aumento de 17,9% na avaliação do empresariado sobre a questão do crescimento econômico.

Sem dúvida, a apreciação desse quesito tornou-se mais favorável devido ao anúncio do PAC. Entretanto, o indicador de crescimento da economia, com 43,9 pontos, situa-se em patamar abaixo do verificado na pesquisa de fevereiro de 2006, quando alcançou 47 pontos, destacando-se, nessa época, como o melhor resultado desde 2001. Depreende-se desses resultados que os empresários acreditam que o PAC pode se tornar um fator de estímulo de investimentos do setor. No entanto, esse otimismo se sustentará à medida que o governo colocar em prática todas as medidas anunciadas.

Desempenho e perspectivas das empresas da construção¹

	Brasil ²			São Paulo		
	Mês	Variação [%]		Mês	Variação [%]	
	Fev 07	Trimestre	Ano	Fev 07	Trimestre	Ano
Desempenho da empresa	48,2	3,8	10,9	48,2	5,9	13,1
Dificuldades financeiras	50,4	-6,4	-15,7	52,3	-7,4	-14,8
Perspectivas de desempenho	54,5	4,9	8,7	54,0	5,9	10,2
Perspectivas de evol. de custos	52,5	-1,0	0,1	51,4	-1,5	0,0
Conjuntura econômica	46,8	11,5	-2,5	46,3	13,8	-3,1
Inflação reduzida	63,6	5,1	13,8	62,9	5,3	14,2
Crescimento econômico	43,9	17,9	-6,8	43,5	21,0	-6,2

Fonte: SindusCon-SP/FGV Projetos. ¹Os dados apresentados na tabela estão dispostos numa escala que vai de "0" a "100", tendo o valor "50" como centro. Isso quer dizer que valores abaixo de "50" podem ser interpretados como um desempenho, ou perspectiva, não favorável. No caso de dificuldades financeiras, no entanto, valores abaixo de "50" significam dificuldades menores. ²A Região Norte não está incluída por falta de adesão.